

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PSICOLOGIA

GABRIEL ELIAS SILVA CARVALHO

A PSICOFARMACOLOGIA NAS MÃOS DO NEOLIBERALISMO

GOIÂNIA-GO

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo do autor: Gabriel Elias Silva Carvalho

Título do trabalho: "A psicofarmacologia nas mãos do neoliberalismo"

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Elias Silva Carvalho, Discente**, em 28/08/2023, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3997720** e o código CRC **1904AB3D**.

GABRIEL ELIAS SILVA CARVALHO

A PSICOFARMACOLOGIA NAS MÃOS DO NEOLIBERALISMO

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Psicologia na Universidade Federal de Goiás, sob orientação da professora Priscilla Melo Ribeiro de Lima

GOIÂNIA-GO

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Carvalho, Gabriel Elias Silva
A psicofarmacologia nas mãos do neoliberalismo [manuscrito] /
Gabriel Elias Silva Carvalho. - 2023.
XXXIX, 39 f.

Orientador: Profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia,
2023.

1. Psicanálise. 2. Neoliberalismo. 3. Psiquiatria. 4.
Psicofarmacologia. I. Lima, Priscilla Melo Ribeiro de , orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de 2023, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A psicofarmacologia nas mãos do neoliberalismo”, de autoria de Gabriel Elias Silva Carvalho, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Priscilla Melo Ribeiro de Lima (FE/UFG - orientadora) com a participação da profa. Dra. Renata Leite Soares (FE/UFG - membro). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Professora do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Leite Soares, Professor do Magistério Superior**, em 28/08/2023, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3997031** e o código CRC **28849BE7**.

RESUMO

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia que tem como objetivo investigar as produções acadêmicas do ponto de vista psicanalítico sobre as consequências do modelo socioeconômico neoliberal na psicofarmacologia moderna. O trabalho é dividido em duas etapas: Primeiramente a construção teórica da formação e constituição do sujeito psíquico para a psicanálise apresentando a influência da cultura nesse processo, demonstrando em seguida o contraponto da cultura contemporânea às observações de Freud e a recente cultura neoliberal juntamente dos mecanismos do discurso neoliberal e sua influência na compreensão moderna do sofrimento psíquico que levam a uma deturpação na psiquiatria e a medicalização da vida cotidiana. Na segunda etapa do trabalho é apresentada uma revisão integrativa das publicações acadêmicas da última década acerca do tema tendo referencial teórico psicanalítico. A partir da revisão integrativa foi constatado que a psicofarmacologia moderna é fruto de uma psiquiatria moldada pelo neoliberalismo criando-se um mercado de transtornos que marca o sujeito com um sofrimento psíquico fabricado e oferece a cura como uma mercadoria que pode ser obtida.

Palavras-chave: Psicanálise; neoliberalismo; psiquiatria; psicofarmacologia.

ABSTRACT

Final Coursework in Psychology aiming to investigate academic productions from a psychoanalytic perspective on the consequences of the neoliberal socioeconomic model in modern psychopharmacology. The work is divided into two stages: Firstly, the theoretical construction of the formation and constitution of the psychic subject for psychoanalysis is presented, highlighting the influence of culture in this process. Subsequently, the contemporary culture is contrasted with Freud's observations, along with the recent neoliberal culture and its mechanisms of neoliberal discourse, which influence the modern understanding of psychological suffering, leading to a distortion in psychiatry and the medicalization of everyday life. In the second stage of the work, an integrative review of academic publications from the last decade on the topic is presented, based on a psychoanalytic theoretical framework. The integrative review revealed that modern psychopharmacology is a product of psychiatry shaped by neoliberalism, creating a market of disorders that label the subject with a fabricated psychological suffering and offer a cure as a commodity that can be obtained.

Keywords: Psychoanalysis; Neoliberalism; Psychiatry; Psychopharmacology.

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	6
Capítulo 1	8
A constituição do sujeito do inconsciente e sua formação no contexto neoliberal.....	8
1.1. A constituição do sujeito inconsciente e a formação da consciência moral a partir da perspectiva freudiana	8
1.2. O mundo neoliberal: as mudanças na dimensão da compreensão do sofrimento psíquico	16
Capítulo 2	24
Revisão Integrativa da Literatura	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	35

INTRODUÇÃO

A psicofarmacologia tem se tornado cada vez mais presente no cotidiano, tendo se apresentado recentemente como algo tão mundano quanto a medicalização para curar uma virose. Sem dúvidas a psiquiatria moderna tem se tornando parte da vida de cada vez mais sujeitos. Porém, com a psiquiatria de uma sociedade cada vez mais voltada para o suposto rigor do conhecimento científico era de se esperar que com a descoberta desses medicamentos cada vez menos sujeitos fossem acometidos por transtornos que causassem tanto sofrimento psíquico, contudo, percebe-se um movimento contrário.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a uma investigação da psicofarmacologia moderna e a influência do modelo socioeconômico neoliberal em sua construção. Para tal investigação utilizamos os fundamentos teóricos e discussões da psicanálise que oferece, em seu campo de conhecimento, a possibilidade de investigar a formação psíquica dos sujeitos e as influências da cultura nessa formação. Além disso, a psicanálise busca compreender os sintomas do sofrimento psíquico através de uma investigação subjetiva que leva em consideração o sujeito em uma perspectiva diferente do modelo biológico encontrado nos manuais de diagnóstico psiquiátricos atuais.

Partindo dos conhecimentos de Freud em seu texto “Eu e o Id” (1923/2011), constatamos a formação do sujeito dentro da psicanálise como influenciado através da identificação que se estende a cultura em que está inserido. Passando para as interpretações presentes no texto “O mal-estar na civilização” (FREUD, 1929/2006), temos uma visão ainda mais clara da influência da cultura na formação da subjetividade dos sujeitos. Foucault (1977/1988), em “A história da sexualidade” compreende que as observações clínicas de Freud eram ainda mais relacionadas a cultura que se poderia conceber, sendo o modelo discursivo vigente influente até mesmo na prática clínica desenvolvida por Freud, permeada por uma relação discursiva de entre o poder e o saber.

Com o advento do modelo socioeconômico neoliberal nas décadas de 1970 e 1980 (HARVEY,2008), podemos perceber uma grande modificação na cultura. Dunker (2021) observa que tal cultura modificou o campo discursivo presente nas observações de Freud sendo necessária a observação dessa nova cultura e como o modelo de repressão sexual observado por Foucault (1977/1988) estaria sendo substituído por um novo modelo que produz sintomas depressivos. Esse modelo se nos sujeitos a partir de uma lógica narcísica de culpabilização dos sujeitos por seu próprio sofrimento, que como veremos mais adiante é fabricado e gerido pelo neoliberalismo como ferramenta de controle social (SAFATLE, 2021), gerando uma

dependência do consumo de psicofármacos que são propostos como a solução para os problemas de saúde (BIRMAN, 2013).

A partir dessa fundamentação teórica, elaboramos a pergunta norteadora desse trabalho que busca compreender a influência do neoliberalismo na psicofarmacologia moderna. Para tanto, realizamos uma revisão integrativa dos conhecimentos produzidos no campo da psicanálise sobre o tema nos últimos anos. Nessa revisão integrativa pudemos constatar que mesmo dentro de um campo em que são produzidas interpretações subjetivas do conhecimento, ocorre um consenso de que a psicofarmacologia moderna se trata de um produto vendido como a solução para o sofrimento psíquico. Esse sofrimento, entretanto, é fabricado pela própria psiquiatria moderna a partir de uma biologização dos indivíduos a fim de tornar a saúde psíquica algo a ser controlado pelo próprio indivíduo. Além disso, observamos, também, que a saúde e o adoecimento psíquico são construídos discursivamente com a finalidade de culpabilizar o sujeito por não se adequar ao modo de produção incessante. Conseqüentemente, cria-se uma forma de sofrimento psíquico que é vendido como um ideal de saúde em que se produz sem descanso e cuja cura se daria por meio de medicação que propiciaria alívio para que o sujeito consiga continuar trabalhando e produzindo, podendo ser recompensado com a felicidade de estar inserido no modo de produção.

A psicanálise se apresenta como ferramenta de questionamento desse sistema discursivo, demonstrando seu funcionamento e desmistificando as crenças produzidas como objetivo de gerar e gerir o sofrimento psíquico nos sujeitos. Apresenta-se ainda como ferramenta para trazer autonomia aos sujeitos, demonstrando através do questionamento desse discurso as possibilidades de compreensão do próprio sofrimento e a partir disso trazendo ao sujeito ferramentas para lidar com tal sofrimento a partir de sua própria realidade.

A compreensão do sofrimento psíquico pelo próprio sujeito propicia não apenas a autonomia deste para o enfrentamento desse sofrimento, mas permite que cada vez mais sujeitos questionem o modo de produção do sistema socioeconômico neoliberal em que estão inseridos propiciando a possibilidade de modificação política na sociedade como um todo.

Capítulo 1

A constituição do sujeito do inconsciente e sua formação no contexto neoliberal

A psicanálise torna-se a ferramenta ideal para investigar as consequências das mudanças culturais geradas pelo neoliberalismo e sua influência na psiquiatria visto que partilha com a psiquiatria a investigação dos sintomas do sofrimento psíquico dos sujeitos, ao mesmo tempo que se trata de ferramenta indispensável na investigação das manifestações da cultura na formação desses sujeitos. Freud apresenta, em seu texto “O Eu e o Id” (1923/2011), como é formado o sujeito inconsciente trazendo ainda reflexões sobre o funcionamento da consciência moral que se deriva do Super-Eu na formação dos sujeitos. A compreensão dessa consciência moral e suas dinâmicas é essencial pois conforme será exposto, será através dessa que o sofrimento será moldado pela cultura, contudo, importante observar que a formação do sujeito percebida por Freud é delimitada a cultura de sua época. Mais adiante, em seu texto “O Mal-Estar na Civilização” (Freud, 1929/2006), percebe-se a indagação de Freud quanto a modificação da cultura ao longo da história, apresentando hipóteses de como essas modificações ocorreram ao longo da civilização e como seriam perceptíveis em seus sujeitos contemporâneos.

Quase um século após sua morte, não há dúvidas quanto a modificação da cultura ocidental. A partir do início dos anos 1970 o neoliberalismo tem tomado força como política econômica e social, modificando a cultura como um todo. Dessa forma, necessário questionar como essas modificações culturais afetam na formação do sujeito buscando compreender de que forma o sofrimento se apresenta e principalmente de que forma ele é percebido e tratado pela psiquiatria moderna.

1.1. A constituição do sujeito inconsciente e a formação da consciência moral a partir da perspectiva freudiana

Em seu texto publicado em 1923, “O Eu e o ID”, Freud afirma que:

A diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente é a premissa básica da psicanálise e o que a ela permite compreender e inscrever na ciência os processos patológicos da vida psíquica, tão frequentes e importantes. Dizendo-o mais uma vez e de outra forma: a psicanálise não pode pôr a essência do psíquico na consciência, mas é obrigada a ver a consciência como uma qualidade do psíquico, que pode juntar-se a outras qualidades ou estar ausente (Freud, 1923/2011, p. 11).

A formação da consciência moral será ponto chave para a entender a influência da cultura no sofrimento psíquico, portanto conforme exposto pelo autor, necessário compreender o a formação do sujeito no campo psíquico tanto no consciente quanto inconsciente e determinar de que forma suas qualidades inconscientes influenciam as conscientes. Para compreender todo o processo de influência que o neoliberalismo tem na psicofarmacologia moderna a partir de uma perspectiva psicanalítica, não há como não revisitar as descobertas do autor sobre as dinâmicas de constituição do sujeito e dos processos que formam o inconsciente, necessários para compreender o enlaçamento entre a vida individual e a vida social.

Freud, em “O Eu e o Id” (1923/2011), descreve o psiquismo que forma o sujeito como compreendido em três partes fundamentais, O Id, o Eu, e o Super-Eu. Para compreender o sujeito consciente é necessário compreender todo o processo de formação dessa dinâmica psíquica inconsciente. Inicialmente, foi apresentada a suposição de que a diferença entre uma ideia inconsciente e uma ideia pré-consciente estaria no fato de que a primeira seria produzida em algum material desconhecido enquanto na segunda apresenta-se uma ligação com representações verbais. Portanto, chegava-se à conclusão de que algo inconsciente se tornaria pré-consciente a partir de ligações com suas representações verbais correspondentes.

Freud (1923/2011) segue sua explicação afirmando que as percepções do sujeito ao entrar em contato com o mundo externo são gravadas no inconsciente como resíduos de memória, tais resíduos são as representações verbais, que passam a poder se tornar conscientes. O vínculo entre a percepção externa e o Eu é evidente, porém, o que se encontra entre a percepção interna e o Eu, necessita de outra explicação. As percepções internas trazem sensações de camadas profundas do aparelho psíquico, sendo pouco conhecidas, tendo no prazer-desprazer seu melhor exemplo. Essas sensações podem ocorrer mesmo em estados alterados de consciência por serem mais primordiais e podem surgir simultaneamente de lugares diversos, tendo qualidades diversas e opostas, tendo o desprazer como característica uma elevação do investimento de energia que clama por mudança, enquanto o prazer caracteriza-se pela diminuição do investimento de energia. A experiência clínica demonstrou que essas percepções internas podem desenvolver uma força impulsora mesmo que o Eu consciente, não perceba tal pressão. A diferença entre o pré-consciente e o consciente não se aplica para sentimentos que mesmo ligados a representações verbais não se tornam conscientes através destas, pois o fazem diretamente (Freud, 1923/2011). Os processos de pensamento internos ao sujeito são intermediados pelas representações verbais adquiridas através de suas interações com o mundo externo. Por conta disso, tem-se demonstrado que todo saber tem origem na percepção externa. “Num superinvestimento do pensar, todos os pensamentos são percebidos

realmente — como de fora — e por isso tidos como verdadeiros” (Freud, 1923/2011, p. 21). O Eu, portanto, é também inconsciente.

O indivíduo é um Id (palavra alemã para ‘algo’ ou ‘isso’) psíquico, irreconhecido e inconsciente. Em sua superfície encontra-se o Eu. O Eu é a parte do Id que foi modificada pela influência das percepções externas e que se esforça para fazer valer a lógica do mundo externo sobre o Id, colocando o princípio da realidade sobre o princípio do prazer que vigora no Id. Em resumo, o Eu funciona através da percepção enquanto o Id trabalha pelo instinto. O Eu, seria a razão e circunspeção, tendo em sua contraface o Id governado pelas paixões. Essa compreensão nos leva a buscar o que leva o Eu a frear os instintos do Id visto que este conduz os desejos do Id transformando em ato as próprias vontades do Id. Tal dinâmica se torna ainda mais curiosa quando são observados indivíduos cuja autocrítica e consciência moral são inconscientes. O sentimento de culpa inconsciente tem papel decisivo nas neuroses em geral (Freud, 1923/2011).

Seria muito simples se o Eu fosse apenas a parte modificada do Id pela influência do sistema perceptivo que representa o mundo real na psique. Entretanto, existe ainda uma parcela do Eu com uma relação menos estreita com a consciência, essa parcela pode ser chamada de “ideal do Eu” ou “Super-Eu” e já havia sido observada por Freud ao notar que na melancolia, um objeto supostamente perdido é restabelecido no Eu através de um processo de identificação (Freud, 1923/2011). Futuramente o autor percebe que essa substituição contribui na configuração do Eu de forma essencial na formação do que se denomina seu caráter.

No início da formação do sujeito, investimento objetual e identificação provavelmente se distinguem muito pouco um do outro. Pode-se supor que os investimentos objetais partam do Id que, mediados pelo Eu, a partir do processo de repressão, procura aprovar ou afastar os investimentos objetais. É frequente que, ao precisar abandonar um objeto sexual, o Eu sofra alguma alteração que é descrita por Freud (1923/2011) como o estabelecimento do objeto no Eu, propondo ainda que talvez a condição sob a qual o Eu abandona seus objetos seja um processo de identificação com tais objetos. Tal processo é percebido principalmente nas primeiras fases do desenvolvimento do sujeito, podendo trazer a concepção de que o caráter do Eu é formado através desse processo de abandono e identificação.

Através do processo de transformação das escolhas eróticas de objetos em alterações no Eu, o sujeito pode controlar o Id. Ao assumir os traços do objeto, o Eu parece oferecer a si próprio ao Id como objeto de amor, buscando compensar sua perda. Afinal, se o Eu é semelhante ao objeto, pode-se amá-lo no lugar do que foi perdido. Contudo, essa ideia traz um sério problema, pois se estas alterações causadas por identificações objetais se tornam muito

numerosas e incompatíveis entre si, é de se esperar um desfecho patológico com uma fragmentação do Eu (Freud, 1923/2011).

Como já dito anteriormente, o processo de identificação é mais frequentemente percebido nas fases iniciais do desenvolvimento e serão mais duradouros e gerais, o que nos leva à origem do ideal do Eu. As escolhas objetais percebidas nas fases iniciais são voltadas ao pai e a mãe e na maioria das vezes parece resultar em identificação. Freud (1923/2011) reforça que tal relação é tão complexa que se faz necessário explicá-la com mais clareza, buscando compreender dois fatores principais desse processo, sendo, a situação edípica de natureza triangular e a bissexualidade constitucional do indivíduo.

Para um menino, logo no início se desenvolve um investimento objetal na mãe, partindo do seio materno e constituindo um protótipo de escolha objetal por “apoio” enquanto se apodera do pai através da identificação. A coexistência desses investimentos não dura muito e é interrompida pela intensificação dos desejos sexuais pela mãe, juntamente da percepção de que o pai é uma barreira que o impede de realizar tais desejos. Assim se configura o Complexo de Édipo tendo em seu desfecho mais comum um fortalecimento da identificação com o pai, permitindo que se conserve minimamente a relação ternária com a mãe e consolidando a masculinidade no caráter do menino. Na menina, a postura edípica pode resultar no fortalecimento ou estabelecimento da identificação com a mãe, consolidando o caráter feminino (Freud, 1923/2011).

Nota-se que tais identificações não correspondem às expectativas iniciais de introduzir o objeto abandonado no Eu, porém isso também ocorre. Sendo mais observado por Freud nas mulheres, após a renúncia ao pai como objeto amoroso passa a se identificar com ele pondo à frente sua masculinidade dependendo de suas disposições masculinas e no que estas consistem. As consequências do Complexo de Édipo, sendo a identificação com o pai ou com a mãe parecem depender da força das relativas disposições sexuais, deixando claro a intervenção da bissexualidade constituinte do Eu apontada anteriormente.

A partir da experiência clínica, Freud (1923/2011) nota que, especialmente nos neuróticos, o Complexo de Édipo se apresenta de forma ainda mais completa, apresentando-se de forma dupla dependendo da bissexualidade original da criança, demonstrando não apenas a atitude ambivalente com o pai e a escolha objetal na mãe, mas também a relação inversa provando a força da bissexualidade ser mais importante que o desenvolvimento da identificação puramente através da atitude de rivalidade. Toda a precipitação do Eu resultante do Complexo de Édipo constituída pelo estabelecimento das duas identificações ajustadas uma à outra ainda mantém conservada a posição especial do Eu, sugerindo que tal conteúdo permanece como o

ideal do Eu ou Super-Eu formado não apenas de resíduos das primeiras escolhas objetais do Id, mas também possuindo uma formação reativa a este (Freud, 1923/2011).

O Super-Eu não se esgota na relação com o Eu apenas na advertência, mas também na proibição, impondo que na identificação com pai, “assim como ele você deve ser” e “assim como ele você não pode ser” pois há coisas que ficam reservadas a ele. O Super-Eu, através desse processo, toma emprestado a força repressora do pai para conseguir reprimir o Complexo de Édipo. Quanto mais forte o caráter conservado do pai, mais severamente será o poder do Super-Eu sobre o Eu como consciência moral, possivelmente agindo através do sentimento inconsciente de culpa (Freud, 1923/2011).

Enquanto o Eu é essencialmente representante do mundo exterior, da realidade, o Super-Eu o confronta como advogado do mundo interior, do Id. Conflitos entre Eu e ideal refletirão em última instância — agora estamos preparados para isso — a oposição entre real e psíquico, mundo exterior e mundo interior (Freud, 1923/2011, p. 33).

Ao comparar o Eu com seu ideal, o Eu percebe sua própria insuficiência. Posteriormente, outras figuras de autoridade passam a desempenhar o papel do pai fazendo com que as proibições continuem a ter poder sobre o ideal de Eu que agora exerce a censura moral como consciência.

A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo ideal do Eu (Freud, 1923/2011, p. 34).

Ainda hoje os sentimentos sociais nascem, no indivíduo, como uma superestrutura sobre os impulsos de ciúme e rivalidade contra os irmãos. Como a hostilidade não pode ser satisfeita, ocorre uma identificação com o inimigo inicial (Freud, 1923/2011, p. 34).

Em resumo, a tensão criada entre o Eu e o ideal de Eu é a causadora do sentimento de culpa (consciência moral). Freud esclarece sobre essa dinâmica da culpa em seu texto “O Mal-Estar na Civilização” (Freud, 1929/2006), em que atribui o surgimento da culpa a duas origens: o medo de uma autoridade e, em seguida, o medo do Super-Eu. O autor descreve como as exigências da consciência surgem através de uma simples continuação da influência da autoridade externa. Nos primeiros conflitos com a autoridade exercida pelo pai, há uma renúncia às demandas do Id buscando não perder o amor da figura paterna e ao se efetuar essa renúncia nenhum sentimento de culpa permanecerá. Porém, o Super-Eu exige um pouco mais.

A renúncia instintiva não basta pois não há como esconder o desejo que persiste. Mesmo após a renúncia consciente do desejo, o sentimento de culpa persiste, pois, a consciência virtuosa não pode ser recompensada com a certeza do amor. O Super-Eu passa a funcionar como uma organização de autoridade interna e as renúncias passam a existir devido ao medo

dessa autoridade. Más intenções são percebidas da mesma forma que más ações que geram sentimento de culpa e necessidade de punição. Cada renúncia forçada pela autoridade externa alimenta e torna-se combustível para a dinâmica de consciência aumentando a severidade e intolerância do Super-Eu. Através da identificação com pai, a autoridade é incorporada a si e percebe os próprios desejos como algo a ser combatido, direcionando a agressividade para si mesmo como se dissesse, nas palavras do autor: “Se eu fosse o pai e você fosse a criança, eu o trataria muito mal” (Freud, 1929/2006, p. 81).

O conflito presente no complexo edipiano que estabelece o sentimento de culpa passa a ser ampliado para a comunidade.

O que começou em relação ao pai é completado em relação ao grupo. Se a civilização constitui o caminho necessário de desenvolvimento, da família à humanidade como um todo, então, em resultado do conflito inato surgido da ambivalência, da eterna luta entre as tendências de amor e de morte, acha-se a ele inextricavelmente ligado um aumento do sentimento de culpa, que talvez atinja alturas que o indivíduo considere difíceis de tolerar (Freud, 1929/2006, p. 83).

Freud (1929/2006) traz mais adiante em seu texto a ideia de que os sintomas neuróticos são em sua essência satisfações substitutivas para desejos sexuais não realizados e que talvez toda neurose oculte uma parcela do sentimento inconsciente de culpa. Ao reprimir um instinto e experienciar a repressão, os elementos libidinais tornam-se sintomas e a agressividade se converte em culpa. Ao considerar o aspecto da formação cultural do processo civilizatório, nota-se que a origem do Super-Eu do indivíduo tem sua origem de forma muito semelhante ao Super-Eu de uma época de civilização.

A impressão deixada por grandes marcas culturais em determinado momento histórico estabelece exigências cuja desobediência é punida pelo Super-Eu individual pelo “medo da consciência”, tendo o Super-Eu cultural se desenvolvido a partir da coletividade do desenvolvimento cultural dos indivíduos ali presentes.

Numa neurose individual, tomamos como nosso ponto de partida o contraste que distingue o paciente do seu meio ambiente, o qual se presume ser ‘normal’. Para um grupo de que todos os membros estejam afetados pelo mesmo distúrbio, não poderia existir esse pano de fundo; ele teria de ser buscado em outro lugar (Freud, 1929/2006, p.91).

A partir da compreensão do sentimento de culpa trazido por Freud (1929/2006), desde a formação da consciência do sujeito individual e cultural pode-se notar especialmente que seus trabalhos estão relacionados à época em que o autor fez suas observações. Em seu texto “História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber”, Foucault (1977/1988) apresenta uma crítica à concepção de que a pura repressão sexual seria causa das inúmeras patologias categorizadas pela psiquiatria no século XIX e XX e observadas por Freud na clínica psicanalítica.

Foucault (1977/1988) aponta que o século XVII seria o início de uma época de repressão própria das sociedades burguesas em que se reduziu o sexo a uma questão de linguagem para que se pudesse controlar o discurso e dominá-lo no campo real, contudo, essa repressão sexual acabou por ter efeito contrário, visto que se tratava da sexualidade de forma ainda mais intensa ao buscar reprimi-la e por volta do século XVIII nasce uma incitação política a falar de sexo, não devendo apenas condená-lo:

(...) cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se (Foucault, 1977/1988, p. 26).

A gestão política do sexo no século XVIII ocorre com o surgimento da “população” como problema econômico, tratando-se de mão de obra e capacidade de trabalho, dessa forma os governos passam a perceber que precisam tratar as questões relacionadas a natalidade, morbidade e tudo aquilo que diz respeito a força de trabalho, além ainda de questões como casamento e legitimidade dos filhos afetarem economicamente quando se tratando de heranças. As regras de casamento e à organização familiar, ou seja, como cada um usa o sexo é percebida como necessária de ser gerenciada (Foucault, 1977/1988).

Foucault (1977/1988) relembra que a partir do século XIX entram em atividade os médicos por meio das “doenças dos nervos” para questionar o sofrimento dos sujeitos relacionados ao sexo, sendo seguido pela psiquiatria e pela justiça penal que encontraria nas perversões descritas e categorizadas diversas novas formas de controlar a sexualidade. Dessa forma apresenta-se uma “scientia sexualis”.

O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas. Entre uma e outra nenhum intercâmbio real, nenhuma estruturação, a primeira desempenhou apenas, em relação à outra, o papel de uma garantia longínqua e, ainda assim, bem fictícia: de uma caução global sob cujo disfarce os obstáculos morais, as opções econômicas ou políticas, os medos tradicionais podiam-se reescrever num vocabulário de consonância científica (Foucault, 1977/1988, p. 54-55).

A civilização ocidental ao praticar tal “scientia sexualis” desenvolvia uma verdade do sexo gerando uma relação de poder-saber. Com a intensificação das ideias de confissão dos pecados propagadas pelo cristianismo nos séculos anteriores, criou-se na linguagem grande força na ideia de confissão que passa a ser utilizada dentro das relações jurídicas. A “confissão” como reconhecimento da verdade alguém por um outro é autenticada pela manifestação de seu vínculo daquele que confessa com outrem (Foucault, 1977/1988). Sem dúvidas um processo que pode ser correlacionado com os processos de identificação descritos por Freud (1929/2011).

Desde a penitência cristã o sexo é material priorizado na confissão sendo esta um ritual de discurso em que se desenrola uma situação de poder em que aquele que confessa busca ser julgado e a revelação de uma verdade pelo outro (Foucault, 1977/1988). A prática da confissão do sexo como algo obscuro, mas familiar e abjeto aos outros produziu uma forma discursiva que alimentaria toda uma série de relações e suas motivações e efeitos esperados tomaram forma das mais diversas maneiras de se buscar uma verdade sobre o tema.

Os rituais de confissão foram adequados aos esquemas de regularidade científica ao combinar a confissão presente em um exame clínico com conjuntos de sinais ou sintomas, postulando uma causalidade entre supostos “desvios” sexuais com sintomas presentes em uma determinada doença tornando aquele que escuta a confissão detentor de uma verdade que pode livrar do mal aquele que se confessa. A partir disso, a psiquiatria passa a observar essas correlações e categorizá-las como patologias que podem ser curadas a partir de intervenções médicas (Foucault, 1977/1988).

Compreende-se a partir da análise de Foucault que as observações clínicas de Freud relacionadas as patologias causadas pela repressão sexual estão intrinsicamente relacionadas a modalidade discursiva que permeava a sexualidade na época. A repressão sexual não era, portanto, causa direta dos sintomas estudados pelo psicanalista. Mesmo a forma como era investigada era permeada pelo discurso modificado pela cultura decorrente das políticas socioeconômicas da época.

Trata-se, portanto, de levar a sério esses dispositivos e de inverter a direção da análise: ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e de uma ignorância avaliada de acordo com o que supomos saber, é necessário considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder (Foucault, 1977/1988, p. 71).

Foucault (1977/1988) propõe que sejam observadas essas relações indutoras de prazer e poder dentro dos discursos propondo a constituição de uma “economia política” de uma vontade de saber. Apresentando em seguida a ideia de que os discursos moldam a subjetividade e as relações sociais em relação a sexualidade se amparando nas instituições sociais que não apenas descrevem a sexualidade, mas também a constitui e a influência.

A partir da hipótese repressiva apresentada por Foucault, podemos observar a influência da cultura percebida por Freud em um nível discursivo ainda mais claro. Contudo, ao fim dos anos 1970 com o advento do neoliberalismo, a repressão sexual e os sintomas do sofrimento psíquico observados passaram a modificados. Se instaurando uma nova modalidade de discurso socioeconômico que deixa de se sustentar em uma moral voltada para a sexualidade e passa a se sustentar em uma moral voltada para a produtividade.

1.2. O mundo neoliberal: as mudanças na dimensão da compreensão do sofrimento psíquico

A noção psicanalítica do sofrimento psíquico como expressão de sistemas de conflito e contradições nos processos de socialização e individualização que mostram a natureza contraditória e traumática das instituições e estruturas sociais, mas também os conflitos no âmbito da própria dimensão pulsional, se torna essencial para compreender as formas contemporâneas de lidar com o sofrimento psíquico, representadas pelas mudanças advindas com o neoliberalismo. Para buscar elucidar mais sobre como se dá o sofrimento psíquico no neoliberalismo do ponto de vista psicanalítico, Christian Dunker se aprofundará no tema em seu texto “A hipótese depressiva” (2021) fazendo um paralelo com a hipótese repressiva levantada por Foucault, trazendo a ideia de um sofrimento normalopático, compulsório e expansivo.

Se a depressão nasce envolta em metáforas, carregada nos braços de seus nobres ancestrais filosóficos e poéticos como a melancolia, hoje ela parece ter se reduzido a duas metáforas empobrecidas: “a falta de um ingrediente químico no cérebro” e o “gatilho” que dispara piores e repetições (Dunker, 2021, p. 180).

A sexualidade foi o campo discursivo e político que permitiu falar na hipótese da repressão e do conflito entre norma e transgressão. A partir da metade do século XX, emerge como um conjunto de modificações na maneira de ler o sofrimento psíquico, retirando o sofrimento do campo do conflito e trazendo-o para o domínio das funções corporais, da intensidade e da produtividade como vetor de verdade do sujeito (Dunker, 2021).

A ideia de depressão se popularizou primeiro como conceito econômico em 24 de outubro de 1929 com a queda do valor das ações da Bolsa de Nova York levando o mundo para a “grande depressão” com altas taxas de desemprego, queda do Produto Interno Bruto de vários países, queda da produção industrial e na atividade econômica em geral. É curioso notar como o significante “depressão” tomou proporções narrativas e conceituais desde então (Dunker, 2021). Com os esforços para a retomada da economia, se construiu uma retórica de medo e tristeza combinada com uma narrativa de superação, do rejuvenescimento moral da fraqueza através da renovação da fé e de melhores perspectivas para o futuro (Dunker, 2021). A partir daqui a repressão sexual perde sua força, pois a constituição civilizatória abordada por Freud, no “Mal-Estar na Civilização” (Freud, 1929/2006), já não atingia o novo objetivo cultural

principal, o capital. A sociedade agora já constituída e solidificada, cria uma necessidade voltada ao acúmulo de capital com a promessa de satisfação das necessidades pessoais.

Se produz, assim, uma narrativa de que o sofrimento é parte do progresso e da prosperidade. Trabalhe duro e poupe no presente para desfrutar de um futuro próspero. Narrativa essa, potencializada por uma população de pessoas com acesso a aposentadoria, universalização da saúde e acesso à educação. O sofrimento deveria ser combatido, mas também era visto como parte de uma ética de trabalho (Dunker, 2021).

Em 1970, como já mencionado anteriormente, o capitalismo sofreu uma mutação. No neoliberalismo a proteção e narrativização do sofrimento são substituídas pela administração do sofrimento, que é percebida como ferramenta capaz de se tornar um forte impulso para o aumento da produtividade. O neoliberalismo representa uma nova moralidade que prescreve como devemos sofrer, tendo em sua cúspide preferencial, a síndrome depressiva. O sofrimento deixa de ser um obstáculo para o desenvolvimento para ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho. O que caracteriza o sofrimento dentro do neoliberalismo e seu contexto é a individualização, intensificação e instrumentalização desse sofrimento (Dunker, 2021).

Na hipótese repressiva de Foucault (1977/1988), o autor argumenta que parte das ideias nas quais a psicanálise se apoiava e propagava já estavam presentes nos complexos culturais e discursivos. Os padrões de naturalização da mulher, de periculosidade da sexualidade infantil ou da perversão adolescente que trouxeram a convicção de que somos o que somos porque reprimimos nossas partes que não conseguimos aceitar já haviam sido construídos. Freud apenas havia sistematizado uma hipótese no fato de que a sexualidade era um lugar de verdade e negação (Dunker, 2021).

Essa hipótese se fez útil na criação de “tipos de pessoas” dentro do quadro de certos processos de individualização. Permitindo, então, dizer que incitar o discurso sexual, fazer falar, e desenvolver uma ciência do erotismo fazia parte dessa hipótese repressiva. A hipótese depressiva aparece como uma reescrita das formas de vida, substituindo a hermenêutica do conflito e substituindo-a pela retórica da intensificação ou da desintensificação, de potência e impotência das funções do eu. Essas funções, já desde Freud, envolvem a linguagem, a motilidade e as disposições psíquicas como a atenção, a memória, o pensamento, a volição, a percepção, o sono, a sexualidade e a alimentação (Dunker, 2021).

A nova hipótese parte da ideia de que a depressão se tornou tão rapidamente uma forma de sofrimento globalizada porque ela é egossintônica com a maneira como somos induzidos a

interpretar nossos conflitos, sendo capaz de produzir uma unidade entre nossa forma de linguagem, desejo e trabalho.

Diz-se que um sintoma é egossintônico quando há uma identificação que encobre o conflito entre desejo e narcisismo de tal maneira que o sujeito passa a amar seu sintoma como a si mesmo, a defendê-lo como uma forma de vida, quando não a impô-lo aos outros como uma espécie de generalização de sua identificação (Dunker, 2021, p.186).

Esse sofrimento egossintônico é perceptível quando o desejo passa a se articular com suas realizações práticas, ocorre uma mudança em termos de propósito e de consumo na moralidade das pessoas. Não existem mais conflitos ou grandes esforços hermenêuticos para que se compreenda a história ou as oposições presentes nos sonhos que passam a se apresentar como enunciações diretas das demandas. A identificação com instituições e objetos que seriam objetos de satisfação e o conflito envolvido nesses processos identificatórios, dão lugar ao consumo de experiência orientada pela propaganda. Assim, o ciclo de insatisfação e de obsolescência programada é alimentado e orientado para o consumo. A ideia de adiar a satisfação passa a não ser mais tão prevalente (Dunker, 2021).

Antes de seguir adiante com a ideia dessa nova formação cultural e como isso impactará na formação dos indivíduos atuais e seus desdobramentos psíquicos, se faz necessário compreender de forma um tanto mais aprofundada como surgiu o que estamos chamando de neoliberalismo, tanto no aspecto que nos interessa de interferência no sofrimento psíquico como em toda sua origem como forma de organização econômica.

O neoliberalismo é descrito por David Harvey (2008), em “O Neoliberalismo: História e Implicações”, como uma política socioeconômica que procura promover o bem-estar através de uma estrutura institucional, que garanta ao indivíduo os direitos de propriedade privada, livre mercado e livre comércio, para que se atinja uma maior liberdade individual e capacidade empreendedora. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, pois, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e os poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Essa forma de organização do Estado se espalhou por todo o mundo criando raízes em diversas áreas de influência como universidades, meios de comunicação e instituições internacionais que controlam as finanças e o comércio no mundo. Sua influência se tornou tão poderosa como modo de produção e modalidade de discurso, que se incorporou nas maneiras em que as pessoas interpretam, vivenciam e compreendem o mundo (Harvey, 2008).

O processo de dominação do neoliberalismo não modificou apenas as antigas instituições e a soberania estatal, mas também as formas de relação social, a divisão do trabalho e todo o estado de bem-estar social, partindo do princípio de que o mercado possui uma ética capaz de guiar toda ação humana substituindo todas as antigas crenças éticas. Esse modo de pensamento se tornou dominante devido às mobilizações das sensações, instintos, valores e desejos além das possibilidades inerentes às contradições do mundo social em que vivemos. Por conta disso, esse pensamento foi incorporado ao senso comum, sendo tomado como verdadeiro, livrando-se de questionamentos (Harvey, 2008)

A compreensão de Freud (1929/2011) de que o sentimento de culpa surgiria a partir do Super-Eu pressionado pela cultura, criando o sentimento de que caso não haja a renúncia dos desejos não merecemos ser amados, fundamentados pela repressão sexual, é modificada. No movimento seguinte de sua construção teórica, Freud passa a ser guiado pela ideia de que só poderemos ser dignos de amor se houver uma dedicação e esforço voltados ao trabalho gerando nos indivíduos uma culpa narcísica que poderia ser observada nos sintomas depressivos (Dunker, 2021).

A moralidade, que antes era regida por questionamentos da conduta sexual, passará a ser encarada através do esforço do indivíduo no trabalho. Os questionamentos morais antes impostos pela religião tomaram uma nova forma com a ideia de uma nova “economia moral” em que o neoliberalismo modifica a cultura tornando moral apenas aquilo que favorece a economia em si. Safatle (2021) apresentará como essa nova “economia moral” será formada a partir dessa nova forma de organização social.

Safatle (2021) afirma que essa “economia moral” elimina a esfera do político enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão transformando a crítica em patologia causando consequências para os modos de sujeição psíquica e sofrimento moral. Negar as ideias de propriedade privada e competitividade deixam de ser um erro meramente econômico e se tornam uma falha moral. As lutas políticas no neoliberalismo não são mais carregadas de termos costumeiramente políticos como justiça e equidade, agora elas carregam palavras como ódio, medo, esperança, termos sentimentais, não apresentando-se mais como confrontações políticas

em respeito à sociedade, mas sim como “ofensas” e “desrespeito” enquanto suas promessas envolvem exortações ao “cuidado” (Safatle, 2021).

Esse tipo de discurso se desenvolve ainda mais na redução das relações políticas à expressão de relações familiares, ao sobrepor a figura de autoridade pelas figuras paterna e materna buscando transformar as demandas sociais em demandas envolvidas por expectativas de amor e reconhecimento próprios do núcleo familiar (Safatle, 2021). Novamente a ideia de identificação apresentada por Freud (1929/2011) pode ser observada, a nova modalidade discursiva presente no neoliberalismo se aproveita desse processo psíquico para se introduzir de maneira cada vez mais inconsciente no discurso.

O familiarismo na política parte do pressuposto de relações hierárquicas naturais que não devem ser questionadas pois a autoridade é garantida com base na devoção e no amor presentes na fantasia social da família. Safatle (2021) ainda afirma que a sobreposição fantasmática entre o corpo social e o corpo familiar visa produzir uma docilidade em relação à autoridade, além de um sentimento de dependência e a naturalização da sujeição de gênero, que produz uma identificação com o agressor da mesma forma que é descrito por Freud (1929/2011) na conclusão do complexo de Édipo na relação ambivalente do filho com o pai.

Para mudar o coração e a alma ou a mente de um povo são necessárias intervenções e reeducação transformando os sujeitos em indivíduos que se enxergam como “empreendedores de si mesmos”, internalizando a racionalidade econômica como a única possível. Toda a construção do neoliberalismo como uma política sustentada por cada vez menos intervenção do Estado é uma grande falácia. No neoliberalismo, o Estado não intervém na coordenação da atividade econômica, mas intervém diretamente na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Para Safatle (2021) o neoliberalismo é uma engenharia social, um modo de intervenção social nas dimensões produtoras de conflito.

A noção de conflito deve desaparecer para que os sujeitos não se percebam como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais e sim como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados. A partir daqui o sujeito já não será visto como singular, passa a ser nada mais que uma ferramenta para o crescimento econômico. E para que a economia se torne um poder soberano, fazendo com que a racionalidade de suas leis se torne algo transcendental, é necessária uma extrema despolitização da sociedade. Para isso, o Estado neoliberal cria a noção de agentes econômicos maximizadores dos interesses individuais que permanecem como estruturas da vida social e dos modos de subjetivação que justificam toda forma de intervenção violenta contra críticas (Safatle, 2021).

Tudo isso só se torna possível a partir de um trabalho de design psicológico, que busca produzir as relações a partir da generalização de princípios empresariais de performance, investimento e rentabilidade, transformando o indivíduo em empresa. Para produzir esse design são repetidas exortações morais que levam o sujeito a compreender toda crítica ao pensamento neoliberal como falta moral, como recusa a própria realidade e ao risco de empreender para abrir novos caminhos pessoais (Safatle, 2021).

Não é por coincidência que histórias de grandes empresários que lutaram contra adversidades e se arriscaram para inovar atingindo o sucesso com grande esforço são contadas e adoradas. Esse ideal empresarial é o resultado do design psicológico que constrói o pensamento neoliberal fazendo com que os indivíduos definam suas ações através da lógica de investimentos e compreendam até mesmo seus afetos como objetos de trabalho. Esse tipo de pensamento permite ainda uma “racionalização empresarial do desejo”, em que se internaliza um trabalho de vigilância e controle que parte da autoavaliação constante de si baseada em critérios da esfera da administração de empresas transformando qualquer relação intersubjetiva ou intrassubjetiva em análise econômica baseada em um “cálculo racional” de custo e benefício (Safatle, 2021).

A internalização do ideal empresarial só foi possível por que o capitalismo já vinha construindo essa possibilidade desde o final dos anos 1920, mas o que se consagrou como ponto de virada para esse modelo foi o modelo “humanista”, que começou a surgir com os trabalhos de Elton Mayo trazendo uma nova forma de engenharia motivacional que otimizam a produtividade com ideias de cooperação, comunicação e reconhecimento (Safatle, 2021). As novas técnicas de gestão e intervenções terapêuticas aliadas a um vocabulário, que junta administração e psicologia, passavam a “humanizar” a empresa capitalista permitindo uma mobilização afetiva no mundo do trabalho formando uma união dos repertórios de mercado com as linguagens do eu. O sujeito passa agora a enxergar uma nova normalidade psicológica regida pela organização social do trabalho (Safatle, 2021).

A fusão da Economia com a Psicologia passa a fundamentar os regimes de gestão social e reconfiguram o sofrimento psíquico. Passam a reconfigurar nossa forma de compreender e classificar os processos de sofrimento através da internalização dos ideais normativos. O sofrimento passa a ser diferente dentro e fora do neoliberalismo. O sofrimento individual passa a ser um estorvo para a produção econômica e deve ser suprimido buscando não a melhora do indivíduo, mas sua adequação ao sistema de produção. O sofrimento psíquico possui uma dimensão de expressão, de recusa e revolta contra o sistema social de normas com uma revolta que se expressa através do desejo, da linguagem e do trabalho. O pensamento neoliberal anula

a revolta reconstruindo o sofrimento, o que é perceptível quando se observa as modificações no modelo psiquiátrico contemporâneo (Safatle, 2021).

No final dos anos 1970, essa mudança se consolidou com a chegada da terceira edição do Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-III), altamente influenciado pelo desenvolvimento da farmacologia. O manual traz a compreensão de que a configuração e o limite de uma categoria clínica resultam das tecnologias que temos para produzir modificações na estrutura psíquica a partir de valores que buscamos implementar. Não são estruturas descritivas, mas processos performativos (Safatle, 2021). Pouco importava como o sofrimento do indivíduo se distingue de outros indivíduos, a categorização clínica passa a ser construída de modo a observar os padrões que impedem o sujeito de exercer sua produtividade dentro da cadeia econômica. A farmacologia passa a enxergar, por exemplo, a melancolia presente em um sujeito não como processo particular decorrente de inúmeros fatores subjetivos, pois o único interesse é suprimir tais sintomas para que este sujeito volte a conseguir performar economicamente.

As categorias clínicas ligadas à descrição do sofrimento psíquico são objeto de elaboração reflexiva e discursiva dos sujeitos que as descrevem. Dessa reflexão, é possível produzir orientações de ações e condutas conscientes ou não. A configuração dessas categorias deverá ter a conformação com a atuação do fármaco escolhido para intervenção clínica. (Safatle, 2021). Essa nova modalidade discursiva baseada na performance tem se tornado cada vez mais intensa e ao observar seus desdobramentos na psiquiatria moderna percebe-se cada vez mais a utilização dos psicofármacos na manutenção e gerenciamento do sofrimento chegando ao ponto de não apenas criar categorias que dispensam a elaboração subjetiva dos sujeitos e os classificam como portadores de uma patologia mas também incentivam sujeitos saudáveis a buscar os fármacos com o objetivo de aprimorar sua performance para obter uma suposta vantagem competitiva.

Birman (2013) afirma que existem diversos registros do uso de psicotrópicos por sujeitos que buscam novos limiares sensoriais para a percepção da realidade em particular em artistas que buscavam alcançar novos patamares em sua arte, contudo, com o a chegada do discurso de performance neoliberal passa-se a observar a busca por um gozo fálico que percebe a passividade como algo extremamente negativo. O autor descreve o Estado Neoliberal como a contrapartida do Estado de bem-estar social. A regulação do Estado parte agora do Mercado transformando cidadãos em consumidores. Dessa forma a performance passa a valer como forma de subjetivação e cada indivíduo se torna uma microempresa e em nome da produtividade e buscando competir em um ambiente muito competitivo se veem diante da angústia e da perda

da estima de si apresentado os sofrimentos narcísicos que Dunker (2021) apresenta como a hipótese depressiva.

Dentro desse modelo socioeconômico altera-se o discurso psiquiátrico deixando de lado as enfermidades e dando lugar as síndromes categorizadas por sintomas específicos que poderiam ser tratados por fármacos específicos e dentro dessa lógica nasce uma psiquiatrização ostensiva da normalidade descrevendo cada vez mais síndromes a partir de sentimentos que antes eram vistos como parte do cotidiano em modelos performáticos que podem ser regulados (Birman, 2013). Os efeitos do modelo discursivo do neoliberalismo na psiquiatria se retroalimentam, gerando mal-estar e propondo soluções que enquadrem os sujeitos ao modelo de forma que possam produzir ignorando os sintomas produzidos por este modelo. Se faz necessária uma extensa investigação de como esse modelo funciona e cria sua própria economia moral da mesma forma que foi observada a hipótese repressiva por Foucault (1977/1988).

Buscando elucidar as ideias propostas ao longo do desenvolvimento desse trabalho, realizamos uma revisão integrativa das produções acadêmicas dos últimos anos acerca do tema apresentando as conclusões encontradas.

Capítulo 2

Revisão Integrativa da Literatura

No capítulo anterior foi apresentado a partir dos escritos clássicos de Freud (1923/2011) constituição do sujeito inconsciente e consciente na perspectiva psicanalítica, tendo sido apresentado ainda a relação da formação desse sujeito com a cultura também a partir das interpretações de Freud (1929/2006) e em contrapartida a interpretação de Foucault (1977/1988) de que as observações clínicas de Freud sobre a cultura eram ainda mais complexas do ponto de vista discursivo. A partir dessa compreensão foi apresentado o neoliberalismo como política socioeconômica (Harvey, 2008) e seus desdobramentos na formação do sujeito por Dunker (2021) e a forma como essa política opera no inconsciente a partir das análises de Safatle (2021) e Birman (2013) sendo levantado ainda a compreensão atual por esses autores de como isso afeta de forma mais específica a psiquiatria moderna que propõe uma psicofarmacologia que não leva em consideração a subjetividade dos sujeitos.

Buscando fundamentar ainda mais o que já foi exposto e se aprofundar nas consequências do neoliberalismo na psicofarmacologia moderna será apresentado no presente capítulo a partir da metodologia de revisão integrativa a análise de outras produções científicas que abordam o tema com a visão da psicanálise.

Percurso metodológico

Com base nas contribuições metodológicas de Souza, Silva e Carvalho (2010), desenvolvemos a presente revisão bibliográfica integrativa de artigos publicados sobre a influência do neoliberalismo na psicofarmacologia moderna do ponto de vista da psicanálise. A revisão integrativa foi definida como metodologia do presente trabalho por permitir a inclusão de produções científicas diversas produzidas a partir de métodos teóricos e empíricos propondo uma reunião de produções de cunho subjetivo que podem apresentar hipóteses sobre a pergunta desenvolvida. A variedade na apresentação das produções se faz essencial no campo das ciências humanas visto que dentro de sua amplitude subjetiva não há como se esperar um consenso objetivamente.

Na elaboração da revisão integrativa foram seguidas seis etapas, sendo elas: (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) pesquisa de literatura acerca do tema; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos dados coletados; (5) discussão com base na análise crítica dos dados coletados; e por fim (6) a apresentação da revisão integrativa realizada (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Dentro dessas etapas se faz necessária ainda a cautela na estratégia de busca

de dados sendo necessária a apresentação da delimitação dos critérios de inclusão e exclusão das publicações avaliadas.

Na primeira etapa, com base na fundamentação apresentada no capítulo anterior foi elaborada a seguinte pergunta norteadora: “Com base nas produções científicas brasileiras desenvolvidas no campo da psicanálise na última década, quais as consequências da cultura gerada pelo modelo socioeconômico neoliberal na psicofarmacologia moderna?”. Partindo da elaboração de tal pergunta norteadora, foi desenvolvida a estratégia de pesquisa de literatura e coleta de dados sobre o tema referente a segunda e terceira etapa do percurso metodológico, sendo utilizada a plataforma Google Acadêmico com acessos a fontes secundárias, foi aplicado o uso das palavras-chave “psicanálise” e “neoliberalismo” sendo associada às demais palavras-chave “psiquiatria” e “psicofarmacologia”, incluindo artigos publicados em língua portuguesa desde 2011. Foram excluídos na coleta textos que não apresentavam linguagem acadêmica ou que fugissem do recorte proposto, sendo necessária estar presente na discussão a psicofarmacologia atual vista como consequência direta do modelo neoliberal sendo incluídos apenas textos que trazem uma contribuição para a temática. Dentro da pesquisa e coleta embasada na metodologia exposta foram encontradas 5 (cinco) publicações que tiveram sua qualidade atestada com base na leitura dos resumos e identificação das revistas e periódicos em que foram publicadas.

Após meticulosa leitura e produção de fichamentos dos artigos foi realizada a sistematização dos dados extraídos das publicações selecionadas sendo apresentados: título do artigo, autoria, data da publicação, metodologia utilizada, tipo de pesquisa e suas contribuições para a temática. Por meio da sistematização e organização dos dados foi possível realizar a análise comparativa das publicações cujos resultados e discussão serão expostos a seguir:

Resultados e discussão

Tabela I – Informações dos artigos

Título do artigo	Autoria	Data de Publicação	Metodologia	Contribuições para a temática
O Controle Químico-Social: A Medicalização da Vida na Direção do Pharmagedon	Augusto Jobim do Amaral e Camila de Oliveira Angel	2022	Revisão Bibliográfica Crítica e Interdisciplinar da Literatura	Desenvolvimento sobre a Mercantilização das Doenças Mentais através da banalização do uso de psicofármacos

Reflexões Sobre a “Epidemia” de Depressão em Adolescentes e Jovens Adultos à Luz da Relação entre a Psicanálise e a Política	Viviane Neves Legnani e Sandra Francesca Conte de Almeida	Dezembro, 2020	Revisão Crítica da Literatura	Correlação entre a “Epidemia” de depressão e a medicalização de desconfortos sociais naturais
A Medicalização da Existência e o Descentramento do Sujeito na Atualidade	Rogério Paes Henrique	Dezembro, 2012	Revisão Crítica da Literatura	O Bem-Estar inalcançável como ferramenta para a perpetuação dos psicofármacos
A Concepção Normativa do Funcionamento Psíquico e os Processos de Subjetivação: O cérebro na Era da Pós-Psicanálise	Natasha Mello Helsinger	Julho, 2015	Revisão Bibliográfica	Crítica a biologização e a falta de subjetivação na modernidade.
Medicalização como Sintoma Social Dominante: Estratégias a partir do Paradigma Psicossocial	Laura Pampana Basoli e Silvio José Benelli	2019	Revisão Bibliográfica	Apresentação da Gestão Autônoma da Medicação e seu papel na Atenção Psicossocial

Fonte: Autoria própria

Tendo sido realizada a leitura e análise crítica dos artigos selecionados, faz-se necessária a exposição das discussões e conclusões alcançadas por cada publicação sendo seguida da análise integrada das informações presentes em cada artigo, buscando encontrar relações entre as interpretações e conclusões de cada trabalho afim de construir um conhecimento ainda mais amplo acerca da fundamentação teórica apresentada neste trabalho:

Amaral e Angel (2022) apresentam em seu artigo “O Controle Químico-Social: A medicalização da Vida na Direção do Pharmagedon”, uma série de evidências da mercantilização das doenças mentais que se dão em medida de diagnósticos psiquiátricos sindrômicos e não propriamente nosológicos. Os autores defendem que as categorias psicopatológicas não são estruturas descritivas, mas sim, processos performativos que se fundamentam na tecnologia de intervenção clínica farmacológica ligando a configuração dos transtornos a atuação dos fármacos, dessa forma tornando a especialidade psiquiátrica mais propensa à ação mercantil.

São apresentados ao longo do artigo diversos casos e análises críticas da indústria farmacêutica que através de seu poder econômico produzem campanhas publicitárias

impulsionando o uso de medicações para tratar de doenças que são moldadas também através de publicidade para comercializar-se no maior número de pessoas possíveis. Torna indivíduos “saúdáveis” em consumidores dos psicotrópicos estimulando a ideia de que estes podem satisfazer ainda mais as demandas sociais ao “aumentar” o desempenho da concentração, memória e humor, escondendo os danos severos que são causados pelo consumo das drogas psiquiátricas (Amaral; Angel, 2022).

Ao resumir o tratamento psiquiátrico à suposta regulação da química cerebral efetuada pelos fármacos torna-se o cérebro em um órgão regulador que precisa se adequar com o uso de medicações, vendendo a ideia de que haveria uma deficiência em neurotransmissores de indivíduos com os supostos transtornos mentais através daquilo que Foucault cunhou de “poder psiquiátrico”. O saber-poder exposto por Foucault em sua obra cria o que vira se tornar um Pharmageddon na visão de Healy criando de modo sorrateiro um número crescente de mortes e incapacidades através de fármacos vendidos como uma suposta cura para todo e qualquer sofrimento tratando-se de um controle químico-social a serviço da biopolítica implantado pelo neoliberalismo (Amaral; Angel, 2022).

Conclui-se que a medicalização de problemas psicológicos recorre a um reducionismo biológico ligado a promoção do saber psiquiátrico regido pela indústria farmacêutica. Trata-se de um sistema tão cruel quanto os tratamentos morais propostos antes da reforma psiquiátrica suprimindo a alteridade pela robotização química, numa domesticação social que enfraquece as possibilidades de transformação dopando as potencialidades insurgentes (Amaral; Angel, 2022).

Legani e Almeida (2020) vão defender em Reflexões sobre a “Epidemia” de Depressão em Adolescentes e Jovens Adultos à Luz da Relação entre Psicanálise e a Política os números crescentes de casos de depressão na faixa etária de 15 a 24 anos no Brasil decorre de uma neocultura criada pela psiquiatria biológica que ganha força a partir do prestígio social alcançado pelas drogas psicofarmacológicas. Cria-se indivíduos assolados por algo que está além de sua capacidade de reação e lhes oferece a cura através de visitas constantes a consultórios médicos para ajustes de doses de fármacos.

As concepções de si dos sujeitos sobre sua virtude partem do conhecimento científico que têm acesso e dessa forma nascem formas diferenciadas de produção discursiva que descrevem o sujeito e seu sofrimento psíquico podendo expressar o adoecimento como um distúrbio médico e não decorrente de uma produção psíquica do próprio sujeito. Dessa forma, a epidemia depressiva sinalizaria uma resposta subjetiva do arranjo contemporâneo das relações culturais (Legani; Almeida, 2020).

Com essa construção cria-se uma fé de que as terapêuticas medicamentosas podem eliminar todo tipo de sinal sintomático como fobias, timidez, obsessões etc., por se tratar meramente de desordens na química do cérebro. Dessa forma o sujeito passa a ser inserido num contexto de administrar e controlar sua vida, saúde e bem-estar para se manter adaptado ao mercado cada vez mais competitivo e restrito em termos de empregabilidade. O sofrimento deve ser eliminado o mais rápido possível a fim de que o sujeito não escape da produtividade neoliberal. Mediar-se torna-se uma obrigação moral (Legani; Almeida, 2020).

Rogério Paes Henrique (2012) apresenta em seu artigo “A Medicalização da Existência e o Descentramento do Sujeito na Atualidade” a concepção de que a medicalização opera fazendo problemas sociais passarem a ser problemas da competência jurídica da medicina, concedendo a está um locus privilegiado de controle social. A partir da criação de novas ofertas de serviço pela própria medicina cria-se a chamada medicina de vigilância em que a promoção da saúde define a saúde como nova moral. A biomedicalização gera a patologização da diversidade e variabilidade humana em categorias de transtornos que reduzem o ser ao cérebro que pode ser regulado (Henrique, 2012).

A noção de bem-estar além de relativista é pragmaticamente inalcançável e é transformada em produto no qual devemos nos esforçar para alcançar. Torna o bem-estar em um projeto contínuo de realização de si mesmo sendo que o mal-estar é inerente a subjetividade humana. A projeção de um estado idealizado de bem-estar tornou-se a nova moral. Reduzindo a vida à sua dimensão biológica pode-se despolitizá-la e dessa forma o indivíduo somático pode ser codificado dentro desse corpo biomédico que pode modificá-lo, curá-lo ou aprisioná-lo (Henrique, 2012).

Ao tornar o cérebro em ator social, diante de qualquer desconforto psíquico as subjetividades cerebrais passaram a requisitar a panaceia e os médicos passaram a prescrevê-la, inaugurando uma era de psicofarmacologia cosmética que obedece apenas a às leis da oferta e demanda do neoliberalismo. A psicofarmacologia passa por encerrar o sujeito em um novo processo de alienação ao curá-lo de sua própria condição humana (Henrique, 2012).

Helsing (2015) em seu artigo “A Concepção Normativa do Funcionamento Psíquico e os Processos de Subjetivação: O Cérebro na era da Pós-Psicanálise” explora como a incidência das tecnologias "PSIs" (como a neuropsicologia, a psiquiatria biológica e as tecnopsicologias) tem moldado as formas de subjetivação na sociedade contemporânea. Ao longo dos últimos 30 anos, uma percepção social, normativa e moral sobre os fenômenos psíquicos tem se configurado, levando o psiquismo a ser concebido predominantemente como um epifenômeno

do corpo biológico. Essa mudança de perspectiva caminha na direção oposta à concepção de sujeito proposta pelo discurso freudiano.

O estatuto do cérebro se tornou central nesse contexto, caracterizado pela normatividade da autonomia e da valorização da realização de si. O cérebro passou a responder por aquilo que antes era atribuído ao sujeito, ganhando protagonismo no imaginário social como detentor das propriedades e autor das ações que definem o que é ser alguém. A individualidade e a existência do self passaram a ser relacionadas ao cérebro, transformando-o no órgão indispensável para definir a identidade e a individualidade (Helsing, 2015).

Esse paradigma neurobiológico está afetando os processos de subjetivação e o poder simbólico da psicanálise. Ao colocar em xeque o registro do sujeito, a concepção normativa do funcionamento psíquico enfatiza a relevância do cérebro, gerando uma dissonância entre a psicanálise e o contexto contemporâneo. A psicanálise, que propõe uma abordagem mais simbólica e subjetiva, enfrenta desafios em uma sociedade cada vez mais inclinada à valorização do cérebro como elemento central da identidade e da subjetividade (Helsing, 2015).

As conclusões do artigo apontam para a configuração de uma percepção normativa sobre os fenômenos psíquicos, destacando o enaltecimento do cérebro como entidade central na definição do self. Essa perspectiva contribui para a perda do poder simbólico da psicanálise, uma vez que o paradigma neurobiológico entra em conflito com sua abordagem mais subjetiva e simbólica. A incidência das tecnologias "PSIs" nas formas de subjetivação é uma realidade que molda o imaginário social e desafia a compreensão tradicional do funcionamento psíquico (Helsing, 2015).

Essa concepção normativa do funcionamento psíquico reflete o contexto atual, mas também traz à tona reflexões sobre a importância de uma abordagem que considere a subjetividade, o simbólico e a complexidade da psique humana. À medida que a sociedade avança em suas percepções e compreensões sobre o psiquismo, é fundamental um diálogo contínuo entre diferentes abordagens, possibilitando uma visão mais ampla e enriquecedora do funcionamento psíquico humano (Helsing, 2015).

De acordo com Basoli e Beneli (2019) em seu artigo *Medicalização como Sintoma Social Dominante: Estratégias a partir do Paradigma Psicossocial* a medicalização na sociedade contemporânea tem sido fortemente influenciada pela Psiquiatria DSM e pela Indústria Farmacêutica. Juntas, elas têm moldado um modo de olhar para o sofrimento psíquico que tende a eliminar a individualidade do sujeito, seu contexto histórico e seu conhecimento sobre o que o aflige. O Discurso Médico transforma os sintomas em transtornos e distúrbios, apostando na

solução rápida das pílulas para regular um corpo reduzido à dimensão orgânica. Nesse cenário, a Psiquiatria e os manuais tipo DSM acabam sendo o "braço armado" da Indústria Farmacêutica, e o psychopharmmarketing se esforça diariamente para convencer as pessoas de que estão doentes, impulsionando assim a venda de mais medicamentos.

No entanto, a Psicanálise surge como uma alternativa para práticas de cuidado mais orientadas ao Paradigma Psicossocial. Essa abordagem oferece uma escuta clínica que valoriza a singularidade do indivíduo, levando em conta sua história, seus afetos, suas relações sociais e seu contexto. A Psicanálise de Freud e Lacan desafia as verdades estabelecidas pelo Discurso Médico e abre espaço para a construção de novas narrativas e sentidos em relação ao sofrimento psíquico. Além disso, ao capacitar os profissionais de saúde mental a serem mais críticos e reflexivos, a Psicanálise promove uma atuação mais ética e responsável nesse campo (Basoli; Beneli, 2019).

Um importante recurso para promover uma abordagem mais humanizada na saúde mental é a Gestão Autônoma da Medicação (GAM). Essa estratégia busca empoderar os usuários, permitindo que eles participem ativamente da escolha e sustentação de sua terapêutica, ou Projeto Terapêutico Singular. Através da leitura da cartilha da GAM, os usuários podem ampliar seus conhecimentos sobre psicofármacos e seus direitos, além de compreender melhor o papel dos profissionais de saúde na promoção de relações baseadas no vínculo e na confiança mútua. Ao proporcionar maior autonomia e responsabilidade no tratamento, a GAM se torna uma importante ferramenta para enfrentar o saber-poder médico e a medicalização, que ainda dominam as práticas de cuidado em saúde mental (Basoli; Beneli, 2019).

Dessa forma, a busca por práticas mais orientadas ao Paradigma Psicossocial, como a Psicanálise e a Gestão Autônoma da Medicação, é essencial para questionar e transformar a prevalência da medicalização na sociedade contemporânea. Ao considerar a subjetividade, as relações sociais e a participação ativa dos usuários no cuidado, podemos construir uma abordagem mais humanizada e integral em saúde mental, respeitando a singularidade de cada indivíduo e sua capacidade de contribuir para o próprio processo de cura e recuperação (Basoli; Beneli, 2019).

Com base nos conhecimentos adquiridos na leitura crítica dos artigos selecionados foi possível extrair que existe um certo consenso dentro das produções do campo psicanalítico de que o sistema socioeconômico neoliberal produz uma cultura totalmente voltada para a biologização do sujeito psíquico, criando categorias de transtornos que desconsideram a subjetividade e aprisionam os indivíduos em uma nova forma de manicômio que abre mão das camisas de força físicas para utilizar da ainda mais eficiente camisa de força química.

Ao tornar os transtornos como distúrbios químicos pode-se tornar aqueles acometidos em eternos consumidores dos psicofármacos que aliviam o sofrimento na medida correta para manter os sujeitos produtivos para o mercado enquanto poda toda forma de subjetivação que possa tecer qualquer crítica ao modelo vigente.

Os sujeitos esvaziados de poder político e acometidos pelo constante estado de insuficiência perante a cultura de moral do bem-estar passam a se enxergar como os únicos a serem culpados por não conseguirem regular seus cérebros tendo toda a possibilidade de o fazer através de psicofármacos que podem ser obtidos produzindo e se submetendo a qualquer condição que lhe permita consumir tais fármacos.

Também é aparente o consenso de que a abordagem da psicanálise que leva em consideração a subjetividade do sofrimento psíquico possa ser o caminho para a emancipação dos indivíduos acometidos pelas prisões farmacológicas criadas pela cultura neoliberal, contudo, o último artigo trabalhado apresenta ainda uma possibilidade dentro da Gestão Autônoma da Medicação voltada a Atenção Psicossocial de que é possível mesmo dentro desse sistema politizar e emancipar o indivíduo ao retirar da psiquiatria o poder do discurso de mestre, concedendo ao sujeito o acesso a uma verdade mais ampla, podendo utilizar da psicofarmacologia de forma um pouco mais saudável, levando em consideração que as intrínsecas amarras produzidas no contexto neoliberal tornam uma transição abrupta para outras formas de compreensão do sintoma como algo de caráter mais ideológico que prático.

A discussão em torno da medicalização na sociedade contemporânea tem gerado análises críticas profundas em diversos contextos. Os textos examinados trazem à tona perspectivas significativas, tanto em pontos comuns quanto em divergentes, lançando luz sobre as complexidades desse fenômeno.

Em relação aos pontos comuns abordados nos textos, fica evidente a preocupação compartilhada sobre o impacto da medicalização excessiva na vida cotidiana. Os autores exploram como a expansão do saber médico para o campo não patológico tem transformado a maneira como as pessoas lidam com questões de saúde mental e bem-estar. A influência da indústria farmacêutica também é uma preocupação compartilhada, com todos os textos destacando seu papel na promoção de medicamentos como solução rápida para problemas complexos.

Outro ponto comum é a responsabilização individual pela saúde. Os textos observam como a medicalização pode levar a uma ênfase na gestão pessoal da saúde, muitas vezes desviando o foco de abordagens mais amplas e coletivas. A pressão para se adaptar às demandas

da sociedade também é um tema recorrente, com destaque para a influência da lógica adaptativa neoliberal na medicalização de adolescentes e jovens adultos.

Porém, os textos também apresentam divergências valiosas em suas abordagens. Enquanto alguns textos exploram a influência do paradigma neurobiológico na psicanálise e na perda do seu poder simbólico, outros não aprofundam essa relação apresentando de forma mais superficial a relação dos sujeitos com o sofrimento dentro do contexto neoliberal. Da mesma forma, a ênfase dada à psicanálise como alternativa terapêutica e sua relação com o paradigma neurobiológico varia entre os textos.

A abordagem das alternativas à farmacoterapia também difere entre os textos. Alguns exploram essas alternativas de maneira mais detalhada, destacando terapias ocupacionais, psicoterapia e mudanças no estilo de vida. Outros textos não se aprofundam nesse aspecto, focando mais nas questões de responsabilização individual e mercantilização. A variação nessas abordagens dentro dos artigos selecionados demonstram como mesmo dentro de suas divergências existe um consenso na ideia de que a forma como os psicofármacos e o sofrimento psíquico são abordados apresentam falhas importantes que devem ser criticadas e modificadas.

Em resumo, os textos analisados enriquecem nossa compreensão sobre a medicalização ao explorar pontos em comum e divergentes do tema abordado. Eles nos lembram da importância de uma abordagem crítica diante da crescente influência do saber médico e da indústria farmacêutica na vida cotidiana que partem do discurso neoliberal. A interseção dessas perspectivas oferece uma visão abrangente do fenômeno da medicalização, destacando a necessidade de abordagens mais humanizadas, reflexivas e coletivas na promoção da saúde mental e do bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir partindo da revisão integrativa realizada que conforme o que foi apresentado na fundamentação teórica do trabalho, existe um certo consenso nas produções acadêmicas no campo da psicanálise de que o modelo socioeconômico neoliberal produz um efeito gerenciador no sofrimento psíquico da população. Cria-se um ambiente cultural no qual o sujeito é esvaziado de sua subjetividade e categorizado com transtornos que buscam colocar os sujeitos em uma posição de consumidores de uma mercadoria que é vendida como a solução do sofrimento psíquico presente nos psicofármacos. Contudo, nesse processo, a psicofarmacologia é sem dúvidas, esvaziada do seu suposto propósito de aliviar o sofrimento, tornando-se fonte do sofrimento, e aliviando apenas o suficiente para manter os sujeitos produzindo a favor do sistema capitalista neoliberal enquanto se torna cada vez menos ativo na possibilidade de questionar seu próprio sofrimento podendo perceber sua real origem naquilo que o rege. A psicanálise traz a possibilidade de tornar o sujeito ativo na compreensão de seu sofrimento podendo modificar a cultura.

No início da produção desse trabalho acadêmico, a pandemia de Covid-19 estava em seu auge e as políticas públicas que estavam sendo aplicadas, além dos discursos gerais apresentados seguiam as ideias neoliberais, ficando evidente para este autor como o sofrimento psíquico parecia se tornar uma ferramenta para estimular que os sujeitos mesmo sofrendo, ignorassem essa dor e voltassem a produzir independente do que tivessem de enfrentar. Além disso, vivenciando isso na própria pele, este autor passou a frequentar novamente os consultórios psiquiátricos em busca de conseguir voltar a conseguir produzir visto que seria necessário conciliar as perdas sofridas pela pandemia, trabalho e a produção acadêmica exaustiva desse presente trabalho.

O uso de diversos psicofármacos foi sugerido e mesmo através deles a exaustão não era sanada e quanto mais tentava enfrentar esse sofrimento menos era possível produzir. Tendo em vista todo o conhecimento teórico obtido na fundamentação do trabalho, busquei ajuda na psicanálise que me trouxe a possibilidade de compreender meu próprio sofrimento a partir da teoria estudada. Com isso, unida aos psicofármacos que me eram receitados na época, pude me organizar de maneira a levar três vezes mais tempo que meus colegas para a produção deste trabalho.

Mesmo assim, pude finalmente terminar o presente trabalho, conciliando com um

trabalho exaustivo que fornece minha renda, lidando com problemas psiquiátricos que já me acompanham a quase uma década, além de enfrentar uma grande perda afetiva já na reta final desta produção. A autonomia que a psicanálise me ofereceu não aparece como uma pílula mágica que concerta meus problemas com algumas caixas, foi um longo processo, mas que me permitiu viver a produção desse conhecimento, trazendo uma compreensão fundamental que me permitiu chegar às conclusões aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- Amaral, A. J.; Angel C. O. O Controle Químico-Social: A Medicalização da Vida na Direção do Pharmagedon. SIG Revista de Psicanálise, 2022.
- Basoli, L. P.; Beneli S. J. Medicalização como Sintoma Social Dominante: Estratégias a partir do Paradigma Social. Revista de Psicologia da UNESP 18 (número especial), 2019.
- Birman, J. Drogas, performance e psiquiatrização na contemporaneidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 17, n. especial, p. 23-37, ago. 2014.
- Dunker, C. I. L. A hipótese depressiva. In: Safatle, V.; Silva, Junior, N.; Dunker, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 177-212.
- Freud, S. O Mal-Estar na Civilização. In: Freud, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2006, vol. XXI.
- Freud, S. O Eu e o Id. In Freud, S. *Obras Completas*, volume 16 [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Foucault, M. *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- Harvey, D. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- Helsing, Natasha Mello. A concepção normativa do funcionamento psíquico e os processos de subjetivação: o cérebro na era da pós-psicanálise. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 4-34, jun. 2015.
- Henrique, R. P. A Medicalização da Existência e o Descentramento do Sujeito na Atualidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. XII – Nº 3-4*, p.793-816, set/dez. 2012.
- Legani, V. N.; Almeida, S. F. C. Reflexões sobre a “Epidemia” de Depressão em Adolescentes e Jovens Adultos à Luz Da Relação entre a Psicanálise e a Política. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 29, n. 60, p. 42-53, out. 2020.
- Safatle, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In:____.; Silva Junior, N.; Dunker, C. (org.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a. p. 17-46.

Souza, M. T.; Silva, M. D.; Carvalho, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, 2010.